



LEONEL DE CASTRO / GLOBAL IMAGENS

Os 13 mil trabalhadores dos CTT deverão conhecer este mês qual o futuro da empresa

Vender Correios em Bolsa é o “cenário central”

Privatização. Governo quer maximizar encaixe financeiro com a venda dos Correios. Ainda este mês decide o modelo de privatização

ANA MARCELA
e TIAGO FIGUEIREDO SILVA

Primeiro era uma opção entre duas. Depois passou a “mais provável”, agora a privatização dos CTT através da dispersão de capital em Bolsa é “o cenário central” em que o Governo está a trabalhar. Ainda este mês uma decisão sobre o modelo de privatização será anunciada. A confirmação veio de Sérgio Monteiro, secretário de Estado das infraestruturas, transportes e comunicações, ontem, dia em que se assinalava o Dia Mundial dos Correios. Assim, e apesar das diversas manifestações de interesse recebidas no sentido de uma compra direta (*ver caixa*), o Executivo inclina-se pela entrada em Bolsa dos Correios. E, admite Sérgio Monteiro, o exemplo dos correios belgas e inglês, e o interesse que gerou no mercado de capitais, reforçou essa convicção. Na sexta-feira, o Royal Mail entra em Bolsa,

mas o governo britânico – que vai dispersar até 60% do capital – já recebeu mais de 700 mil pedidos de venda de pequenos investidores. Ou seja, sete vezes mais do que a oferta. “Isto cria uma visibilidade relativamente aos serviços postais que é muito importante para a possibilidade de também dispersarmos em Bolsa o capital”, defende Sérgio Monteiro.

A avançar este modelo de privatização – e tudo indica que sim –, o Governo vai dispersar a maioria do capital dos CTT. Sérgio Monteiro não adianta se o Estado irá manter uma participação nos Correios, nem o valor do encaixe – no mercado é apontado 600 milhões de euros – que pretende obter com esta privatização. Certezas apenas uma: o objetivo é “garantir um encaixe financeiro, que satisfaça a necessidade de cumprir com o memorando de entendimento e consolidar as contas públicas”. Entrar em Bolsa, “parece ser o modelo com potencialmente mais valor aquando da

venda”. Mas não só. Também ajudaria a dinamizar o mercado de capitais português, que não vê desde 2008 entrar uma nova empresa e viu a Brisa e a Cimpor sair do PSI20.

Octávio Viana, presidente da Associação de Investidores e Analistas Técnicos do Mercado de Capitais (ATM), vê benefícios numa entrada do CTT. “Se a operação for bem sucedida vai permitir ao Governo alavancar futuras privatizações para as quais não existem muitas manifestações de interesse, como é o caso da TAP”, diz. Mas, pelo sector em que atua e até “um certo monopólio em vários serviços”, os CTT são “uma empresa potencialmente atrativa para investir”. Tudo dependerá do preço da colocação. “Um preço na ordem dos 500 milhões seria muito atrativo”, para pequenos e grandes. “Não ficaria chocado se o Governo esticasse o preço acima dos 700 milhões perante uma grande procura, já não sendo uma pechincha, ainda não estaria caro”, defende.

DETALHES

Quem quer comprar os CTT?

► O Governo recebeu “um conjunto de manifestações de interesse” na compra dos CTT, admitiu Sérgio Monteiro, sem mais detalhes. Os Correios do Brasil, Grupo Urbanos/Shuaa Capital, Grupo Rangel/Montepio, Paulo Fernandes (Cofina/Altri) e o Fundo Apax são nomes apontados como candidatos à compra ainda a opção mais discutida era a compra direta dos CTT. Os Correios de Espanha entretanto desmentiram o interesse na privatização dos CTT noticiado pela imprensa espanhola.

Empresa só ‘pesará’ 1% na Bolsa

► O Governo vai dispersar a maioria do capital dos CTT em Bolsa, tendo como objetivo encaixar 600 milhões de euros com a operação. Assumindo não só este valor mas igualmente que os Correios entrariam diretamente para o PSI 20, isto significaria que os CTT seriam a 16.ª empresa mais valiosa da Bolsa de Lisboa, à frente de empresas como a Altri ou Banif, que têm capitalizações bolsistas inferiores a 600 milhões. Com este *market cap* os CTT teriam um peso de 1,2% no mercado de capitais.

Ministro e Three Gorges reúnem-se a cada 3 meses

ENERGIA Moreira da Silva já reuniu com a Three Gorges, que diz terem reafirmado compromisso de fazer fábrica de eólicas

O ministro do Ambiente e Energia, Jorge Moreira da Silva, vai reunir-se de três em três meses com a China Three Gorges, os maiores acionistas da EDP. Em cima da mesa, explicou o governante, estará a construção de uma fábrica de eólicas que a empresa chinesa adiou por considerar que não havia condições de mercado neste momento.

Estas reuniões trimestrais, adiantou ainda o ministro, são uma das conclusões de um primeiro encontro que teve recentemente com os chineses, que afirmaram manter o compromisso de construir a fábrica.

“Quando o *Jornal de Negócios* publicou que a Three Gorges tinha desistido de construir a fábrica, solicitei uma reunião com eles e nes-

se encontro explicaram-me que não era oportuno avançar com o investimento agora, mas asseguraram que mantém esse compromisso”, disse aos jornalistas à margem da apresentação da Proposta de Lei de Bases de Ordenamento do Território.

De fora dessa reunião deverá ter estado a taxa sobre os produtores de eletricidade que foi anunciada a semana passada, já que, poucos dias depois, a empresa chinesa escreveu uma carta ao vice-primeiro-ministro Paulo Portas mostrando surpresa e desconforto com a decisão do Governo.

Sobre esse tema, Moreira da Silva voltou a assegurar que, independentemente do que o que dizem os produtores, os preços não vão subir porque se trata de uma medida de cariz orçamental. Foi por isso que remeteu mais explicações sobre esta nova taxa para o documento do Orçamento do Estado, a entregar para a semana.

ANA BAPTISTA

Governo quer obras sem autorização das câmaras

LICENCIAMENTOS. O Governo quer acabar com os licenciamentos prévios das câmaras municipais em obras de construção nova ou de reabilitação, anunciou ontem o ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva.

A medida consta da proposta de Lei de Bases da Política de Solos apresentada ontem à tarde e que, apesar de já ter sido aprovada em Conselho de Ministros, carece ainda de luz verde da Assembleia da República para entrar em vigor.

Se a medida for aprovada, passará a ser suficiente avisar as câ-

maras que se vão fazer obras, deixando, portanto, de ser necessário pedir uma autorização prévia para avançar.

Esta medida, afirmou o ministro, pretende estimular principalmente a reabilitação urbana, mas haverá limitações a esta isenção, de forma a impedir abusos.

“A falta de comunicação prévia para fazer uma obra só se poderá realizar quando existir informação suficientemente detalhada relativa a um determinado projeto”, detalhou Jorge Moreira da Silva. “Por exemplo, quando existe um plano de pormenor”, completou ainda o ministro. A.B.

Empresas públicas só cortam subsídio de refeição em 2014

PROTESTO Os sindicatos portugueses e espanhóis ligados ao sector ferroviário exigem que os governos travem os processos de privatização das empresas ferroviárias. Estas reivindicações constam de um manifesto (apelidado de “Declaração de Lisboa”), ontem aprovado num encontro promovido pela Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações (Fectrans).

Este texto conjunto surge numa altura em que, por cá, se intensificam os protestos contra as privatizações e a degradação das condições dos trabalhadores. Entre as

medidas que estão a gerar mal-estar está a que pretende alinhar pela tabela da função pública os subsídios de refeição, ajudas de custos e pagamento de trabalho extraordinário. O diploma entra em vigor no início de dezembro, mas em relação ao subsídio de almoço, não produzirá efeitos em 2013 porque o OE-2013 estipula que os trabalhadores que recebam valores acima dos 4,27 euros da função pública, fiquem “congelados” no patamar onde estiverem. Mas os sindicalistas temem que no próximo OE, este travão caia. L.T.